

A CATEGORIA DE MEDIAÇÃO EM FACE DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Reinaldo Nobre Pontes¹(Brasil)

A razão do presente escrito localiza-se num desafio que tenho recebido, desde a publicação do meu livro “*Mediação e Serviço Social - um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo Serviço Social*” (1995), que se traduz na seguinte questão: *que importância tem a mediação para a prática do assistente social?*

Apesar de pensar que o texto acima citado indica alguns caminhos para o entendimento da questão, especialmente no seu terceiro capítulo: “Reflexões sobre a contribuição teórica da mediação para a intervenção do Serviço Social”, julgo que ainda há muito que se explorar nesta temática, principalmente na questão da intervenção profissional, razão pela qual aceitei este desafio, como forma de contribuição ao debate.

Para esta abordagem, obedecerei o seguinte caminho: inicialmente resgatarei, de modo sumário, a trajetória do debate sobre a categoria de mediação no Serviço Social brasileiro, buscando retratar seus pontos nodais; em seguida trabalharei, quase que numa revisão, os principais pontos de alavancamento heurístico para a compreensão teórico-filosófica da categoria de mediação no método dialético marxiano e seu processo cognitivo-interventivo na esfera do Serviço Social; na seqüência discutirei as principais mediações que estruturam o processo de reconstrução do objeto de intervenção profissional.

1. A categoria de mediação: a trajetória do debate

A introdução da influência marxista no Serviço Social remonta ao movimento de reconceituação do Serviço Social, já bastante tematizado no meio profissional, que presenciou a inauguração da pluralização ideo-política do debate no seio da

profissão. A ventilação do debate profissional com novas perspectivas teórico-analíticas, significou a inauguração de uma nova época para a história profissional, especialmente, pela presença da perspectiva de raiz marxista, que transformou o ponto de vista da profissão. Depois dela, a profissão adentra-se num processo mudancista, cuja interferência se expressa, tanto no processo de formação dos profissionais, quanto na sua relação no mundo das organizações públicas e privadas em que está inserido.

A introdução da perspectiva marxista no Serviço Social passou por muitos percalços, conforme já anotaram Netto, 1991 e Quiroga, 1991, entre outros. O marxismo que chega ao Serviço Social vem bastante deformado, tanto na sua forma teórico-política, quanto na sua estrutura metodológica. Naquilo que mais interessa à abordagem atual, ou seja a questão do método, talvez possamos afirmar, que neste ponto é que reside o lado mais danoso das deformações do pensamento marxista, que aporta no Serviço Social. Sustento tal afirmação partido da constatação de que a estrutura do método dialético materialista - em face da influência do marxismo-leninismo, e da imposição dos dogmáticos modelos soviéticos de análise - perdeu aquilo que melhor lhe caracteriza a forma de ser: o movimento. Cristalizou-se em formulas prontas, que lhe embotaram a capacidade de desvendamento do cerne dos fenômenos societários.

O problema, se instala não quando no Serviço social aparece e se desenvolve uma tendência à análise na perspectiva de totalidade. Está é, na concepção Lukacsiana, o ponto sensível de viragem teórica do marxismo em face das demais teorias, que em muito qualificou a abordagem dialética no Serviço Social. Ele reside precisamente na forma de apropriação da totalidade, que muitas vezes, foi tomada como soma das partes em face de um todo (estrutura). No entanto, a despeito do avanço de apreender a realidade como totalidade em movimento, esta análise nem sempre conseguiu apanhar, com o rigor ontológico necessário, as mediações, que são as moventes passagens entre as partes (complexos) em face de uma totalidade (complexo que se constitui na soma de outros complexos menos abrangentes). Daí decorre que a não apreensão das mediações que compõem a ossadura mesma da realidade, redunde em análises e

¹ Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade da Amazônia (UNAMA), mestre em Serviço Social
www.ts.ucr.ac.cr

conclusões descabidas em face da realidade, e mais ainda em ações descoladas às reais necessidades e possibilidades historicamente determinadas.

Conforme está desenvolvido em Pontes, 1995: 27-88, demonstro que o abandono da categoria de mediação, na compreensão da dialética, no âmbito de várias vertentes da tradição marxista, ocasionou um desfiguramento de sua estrutura, já que a mediação é a categoria central da articulação entre as partes de uma totalidade complexa, e é responsável pela possibilidade da passagem entre o imediato e o mediato. “ é a mediação a categoria responsável pela ...”(). Categoria cuja paternidade intelectual deve-se a Hegel, que a concebera como “ a pura negatividade, o simples devir”(Hegel, 1987:14).

A categoria de mediação passa a ter relevância na discussão metodológica do Serviço Social no Brasil, principalmente na segunda metade da década de 80, momento em que se processava no seio da categoria profissional uma significativa mudança nos quadros referencias da vertente inspirada no marxismo. Esta mudança expressou-se num nítido amadurecimento deste pensamento na profissão, que se refletiu nas várias instâncias do Serviço Social. Destaque-se a esfera acadêmica neste processo, tomando como indicativo o nível das publicações e das pesquisas realizadas neste momento. O amadurecimento da vertente de inspiração crítico dialética no Serviço Social, não exclusivamente, mas certamente que deve ao adensamento da análise metodológica, que propiciou o início, senão de um processo de superação, pelo menos de questionamento de alguns sérios equívocos no seio da profissão, tais como o voluntarismo, o messianismo, o basismo, o ecletismo, a negação da instituição e da assistência social como espaço de possibilidades de ação transformadora. É necessário esclarecer que o processo de ingresso da categoria de mediação no espaço de debates da profissão coincide com o momento de mudança na profissão. Não por acaso, evidentemente. As demandas da realidade, expressas nas mudanças conjunturais no Brasil, tais como: - a reconstrução das instituições democráticas no país; - o processo constituinte; - o acirramento da luta contra a crescente desigualdade social; - o reconhecimento no texto constitucional da área da assistência social, inclusa na área da seguridade social; - a desaceleração dos movimentos sociais, em vários espaços de

manifestação, enfim, somados a estes, outros determinantes estruturais e conjunturais demarcaram o espaço de demandas à profissão. Forçado por estas determinações a categoria apresentou como resposta ações tais como: revisão e implantação de um novo currículo para a profissão, a revisão e implantação de um novo código de ética para a profissão, a luta pelo piso salarial da profissão e por uma nova lei de regulamentação da profissão, luta por regulamentação da assistência social, enquanto espaço de política social garantidora de direitos.

Enfim, o que se identifica neste processo é o movimento da profissão, buscando resgatar as *mediações ontológicas*² que estruturam e articulam sócio-historicamente a profissão à sociedade. Tanto que a categoria de mediação é introduzida no discurso profissional inicialmente pela via da análise política, da sua articulação no bojo das políticas sociais e de sua inserção sócio-profissional. A pressão das demandas postas pela realidade à profissão, pode-se afirmar, foi a geradora da discussão metodológica da mediação enquanto categoria teórica. Fica claro, que o descortinamento das determinações histórico-estruturais do Serviço Social abrem um flanco de análise e forçam a necessidade de um amadurecimento teórico para levar a cabo a tarefa de avanço profissional.

Assim, o recurso à categoria de mediação foi presidido pelo impulso da realidade social e profissional e somente posteriormente, com a incidência da categoria de mediação já configurada no discurso profissional, é que vamos assistir às primeiras abordagens de cunho metodológico da categoria em tela em face de seu uso no discurso

2

Necessita-se destacar aqui, para efeito de maior clareza, que a denominação: *mediações ontológicas* referem-se às estâncias que no plano real constituem e articulam o modo de ser da profissão na sociedade, historicamente determinada, ou seja, são aquelas mediações que enlaçam e determinam as formas concretas da profissão nas suas várias expressões e particularidades possíveis. Numa palavra, são as formas histórico-sociais e políticas que peculiarizam a profissão dentro de um determinado quadro histórico, por exemplo, as formas assumidas pela profissão de uma determinada política social como ela se infibra de socialidade ou como articula-se com as várias estâncias da totalidade social que a determinam e são também por ela determinadas.

profissional. Ressalte-se que, somente no último quartel da década de 80, esta abordagem foi alcançada.

Evidentemente, a discussão do método dialético não rebateu no Serviço Social pela via de uma única categoria metodológica, senão pela própria discussão de sua validade histórica como método e epistemologia, no embate com outras visões emergentes e também da ponderação de sua aplicabilidade à prática profissional.

O debate acerca da categoria de mediação no Serviço Social coincide com a necessidade de avançar a análise teórico-metodológica para que se qualificasse, no sentido de iluminar as novas questões e demandas emergentes no seio da profissão, desafiando os intelectuais da profissão a tal esforço.

Evidencia-se desta forma que a primeira razão demonstra a busca de amadurecimento do veio do debate teórico-metodológico, no intento de ultrapassar reducionismos e simplificações; a segunda resgata a historicidade concreta, explicitando determinantes da inserção profissional e a terceira direção busca as raízes da identidade profissional no bojo da sua inserção sócio-profissional.

As razões tocam-se através da categoria de mediação, que possui natureza intrinsecamente *relacional*, participando da dimensão tanto intelectual quanto ontológica do real e do racional. Considerando o processo de conhecimento, no caso do Serviço Social, a emergência desta categoria tem a ver tanto com a dimensão sócio-operativa quanto teórico-metodológica da profissão.

Dai porque a atualidade progressista buscada e reclamada pelos vários fóruns acadêmicos da profissão passa, necessariamente, pela discussão da mediação e das formas histórico-sociais assumidas pela mediação, tanto na auto-representação da profissão, quanto na concreta inserção da profissão na sociedade.

2. Ontologia do Ser Social: determinações fundamentais

A compreensão teórica da categoria de mediação não dispensa uma necessária apropriação dos fundamentos da Ontologia do Ser Social de Marx³. Daí porque torna-se indispensável que se recoloca os elementos centrais para este entendimento, quais sejam a fundação teórico-metodológica da Ontologia . Para tanto passo a recordar alguns dos principais fundamentos da Ontologia marxiana:

a)- A teoria Social de Marx é uma ontologia do ser social porque seus enunciados concretos sempre se colocam em face de um certo tipo de *ser*, invariavelmente sua observação e enunciados se colocam apoiadas no próprio movimento das categorias ontológicas que estruturam o real, e não em conceitos logicamente articulados. "A ontologia marxiana volta-se primordialmente para os processos de produção e reprodução da vida humana, sendo que as representações que surgem na mente humana, são *reflexos* do real captados como representações na consciência (Pontes, 1995:59). A este propósito Lukács afirma que as categorias [...] não são formas lógicas primárias que de algum modo se 'apliquem' à realidade; mas sim os *reflexos* de situações objetivas na natureza e na sociedade" (1978:75) (grifei).

b)- A base de sustentação desta perspectiva assenta-se na determinação da relação homem-natureza, ou seja no primado econômico do ser social. O trabalho assume, nesta perspectiva, o papel de condicionador da existência humana. "É ao trabalho que o homem tributa a razão de seu *ser social*, porque este propicia o arrancar das potencialidades naturais a seu serviço e, conduz ao auto-desenvolvimento da espécie" (Pontes,1995:61). Na relação entre as categorias do ser natural e do ser social o homem, através do trabalho vai humanizando as primeiras e subordinando (mas não eliminando) as segunda.

c) Nesta perspectiva da-se a prioridade ontológica do SER sobre a CONSCIÊNCIA: "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina o sua consciência" (Marx,

³ A concepção de *Ontologia do Ser Social de Marx* deve-se a George Lukács, muito especialmente em sua obra *testamento Ontologia do Ser Social*, estando disponível em português os capítulos 3 e 4 (1979). Esta concepção, no seio da tradição marxista, está longe de ser hegemônica, contudo vem ganhando espaço

1982:14). porque o SER é muito mais complexo e movente do que o CONHECER, e o auto-movimento do SER (real) distingue-se da forma como a RAZÃO captura este mesmo movimento. Lukács elucida que “é preciso compreender que o caminho, cognoscitivamente necessário, que vai dos ‘elementos’ (obtidos pela abstração) até o conhecimento da totalidade concreta é tão-somente o caminho do *conhecimento*, e não aquele da própria *realidade*. Este último, ao contrário é feito de interações *reais e concretas* entre esses ‘elementos’ dentro do contexto da atuação ativa ou passiva da totalidade complexa. Disso resulta que uma mudança da totalidade (inclusive das totalidadesparciais que a formam) só é possível trazendo à tona a *gênese real*” (Lukács, 1979-38) (grifei).

d)- a totalidade não é soma das partes, mas um grande complexo constituído de complexos menos complexos (reciprocidadeda ação).

e) A concepção da Ontologia tem como traço fundamental o trabalho com CATEGORIAS e não com CONCEITOS. Na expressão de Marx “as categorias exprimem [...] formas de modos de ser, determinações da existência” (Marx 1982:18). As categorias não são estruturas somente lógicas que a razão constrói, independentemente, nem tampouco hipóteses intelectivas, mas configuram-se como estruturas que a razão extrai do real, reproduzindo mentalmente o que realmente existe.

3. Totalidade, mediação e particularidade

Não faz sentido qualquer reflexão em torno da categoria de mediação desconectada do método dialético, do qual é componente medular. A título exclusivamente de organização lógica da reflexão faz-se necessário sumarizar as principais determinações dialéticas da mediação, sem o que inevitavelmente não escaparemos às armadilhas do puro logicismo categorial.

Em primeiro lugar lembremos que a concepção dialética primordialmente se caracteriza pela perspectiva da totalidade. A totalidade aqui é entendida a

partir da compreensão lukacsiana: “totalidade é um complexo constituído de complexos subordinados”. Esta visão distingue-se daquela que afirma ser a totalidade a mera soma das partes, porque cada parte deste *complexo* constitui-se num outro *complexo* que se articula aos demais por meio de múltiplas mediações.

A forma de apreensão do modo de ser destes *complexos totais* processa-se através de *aproximações sucessivas*, ou como no canônico dizer de Marx de que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações (...) por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida (...) (Marx, 1982: 14).

Este processo de conhecimento dialético, que obedece o movimento que ascende do abstrato ao concreto, combinando dialéticamente *experimentos ideais abstrativos* com *observações empíricas*. Os “experimentos ideais” referem-se ao movimento que a razão opera para apreender reflexivamente o movimento das categorias histórico-sociais, desentranhando-as da sua forma imediata de aparecer no real, na forma de fatos isolados. “ Dos ‘experimentos ideais’, que tiveram sua base ontológica nas próprias ‘observações empíricas’, retorna-se ao contato com os dados do real, tal qual se mostraram no início do processo de conhecimento. Durante os ‘experimentos ideais’, a razão captou (sempre por abstração e aproximativamente) as determinações e as mediações que, no retorno às ‘observações empíricas’, darão a estes fatos uma nova inteligibilidade histórico-estrutural” (Pontes, 1995: 73).

Estes *complexos totais*, que são estruturas sócio-históricas reais existentes no ser social, estão em permanente movimento impulsionado pela *negatividade*. A negatividade representa-se pela tensão entre os *vetores positivos* (que trabalham na manutenção e reprodução dos complexos) e *negativos* (que atuam na desestruturação e negação dos complexos), tensão esta que se responsabiliza pelo movimento de mudança no real.

O movimento que se estabelece como resultante desta *processualidade*, a que está submetida a totalidade concreta, expressa-se numa dada *legalidade social*, que no dizer de Lukács “uma nova lei na totalidade concreta do ser social, é consequência inevitável do fato de que nos encontramos aqui diante de complexos reais que interagem de modo complexo, freqüentemente passando por amplas mediações, com outros complexos reais; a lei tem caráter tendencial porque, por sua própria essência, é *resultado* desse movimento dinâmico-contraditório entre complexos que constituem a totalidade” (Lukács, 1979:64) (grifei).

A possibilidade de apreensão da *legalidade*, produto da processualidade entre os *complexos parciais*, está na recuperação das *mediações* que estruturam o ser social. “Neste sentido, a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da *razão*, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética” (Pontes, 1995:81).

A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto a reflexiva. É ontológica porque “é uma categoria objetiva, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito” (Lukács, in Pontes: 1995:2) intelectiva, porque a razão, para ultrapassar o plano da imediatez (aparência), em busca da essência, tem que construir intelectivamente mediações, para reconstruir o próprio movimento do objeto. E, para melhor compreender este dinâmico e movente processo de apreensão pela razão do *modo de ser de um complexo na totalidade*, necessário se faz compreender a triade singular-universal-particular.

Parte-se do entendimento de que a totalidade e seus complexos dinâmicos estão submetidos a uma dada *legalidade*, que resultou da própria

processualidades destes, e que embora tenha caráter de *universalidade* para o ser social, particulariza-se em cada complexo. Ai reside uma chave heurística para compreender o processo de conhecimento da realidade. A universalidade, que é o plano em que residem as grandes determinações e *leis* de uma dada formação social, mas que no plano da imediatez o que se nos aparece são os aspectos singulares da vida cotidiana e dos fatos, despidos condicionamentos da legalidade social. As universalidades emergem de um “rico desenvolvimento do concreto, quando uma característica revela-se comum a um grande número, a uma totalidade de fenômenos” (Marx, in Lukács, 1978:88). Já na singularidade as *mediações* estão ocultas ao sujeito cognoscente e tanto a gênese histórica, quanto sua estrutura social estão submersas na faticidade; as coisas parecem não se conectar e têm um sentido em si próprias. A dialética entre o *universal* e *singular* processa-se através da *particularidade*, que no dizer de Lukács é um *campo de mediações*. É neste *campo de mediações* que os fatos singulares se vitaliza com as grandes leis da universalidade, e a universalidade se embebe da realidade do singular. Ainda Lukács, elucida que “a dialética de universal e particular na sociedade tem uma função de grande monta: o particular representa aqui precisamente a expressão lógica das categorias de mediação entre os *homens singulares e a sociedade*” (Lukács, 1978: 92) (grifei). A *relação* indivíduo-sociedade, particularizando-se num *campo de mediações*, passa a elucidar o modo de ser histórico de nascimento, de funcionamento, de movimento de um complexo total e das forças que se embatem no seu evoluir processual. O mesmo autor ainda elucida que a aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão, *em si* contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas a particularidade e a universalidade) ocultas na imediatez são postas à luz” (Lukács, 1978:106). Com isso sumarizamos as principais determinações teóricas para o entendimento da categoria de mediação; procedimento básico

para se evitar o entendimento esquemático e empobrecedor desta central categoria da dialética.

3. Mediação e Serviço Social⁴: processo de reconstrução do objeto de intervenção profissional

A nossa herança positivista e liberal torna muito difícil, a já ingente, tarefa de compreender ao Serviço Social como profissão, inscrita historicamente na sociedade capitalista. Mas, a compreensão da categoria de mediação permite um esclarecimento ontológico deste complexo processo social característico da profissão, porque nos instrumentaliza metodologicamente para vencer a *força inercial* que nos prende colados a imediatividade, permitindo-nos o movimento que ascende dos fatos(abstrato) ao real mediatizado (concreto pensado). Daí porque, nesta seção, pretendo demonstrar a extrema validade teórico-metodológica da categoria de mediação em face da compreensão do espaço profissional mediatizado pelos complexos sociais a que se articula ontologicamente. Advirto aos mais afoitos caçadores de “fórmulas” e “receitas mágicas”, que aqui não as encontrarão, mas tão-somente reflexões teórico-metodológicas dirigidas à compreensão dialético-totalizante do espaço e do fazer profissional, numa sociedade em frenético e incontido processo de mudança histórico-social.

O Serviço Social, na sua condição de profissão assentada na divisão sócio-técnica do trabalho⁵, típificada pela surgimento quadratura da ordem social burguesa monopolista, possui como traço medular: a característica de *profissão interventiva*.

⁴ Considerarei como conhecidas as mediações ontológicas que articulam a profissão a ordem social capitalista, já suficientemente contempladas em obras de Yamamoto & Carvalho, 1982; Netto, 1991; Martinelli, 1993 e Pontes, 1995.

⁵ Marilda Yamamoto elucida as principais determinações desta questão da seguinte forma: “A inserção do Serviço Social na divisão do trabalho [...] *são um produto histórico*. Dependem fundamentalmente, do grau de maturação e das formas assumidas pelos embates das classes sociais subalternas com o bloco do poder no enfrentamento da “questão social” no capitalismo monopolista, dependem, ainda, do caráter das políticas sociais, do Estado, que, articuladas, ao contexto internacional, vão atribuindo especificidades à configuração do Serviço Social na divisão social, do trabalho. (1992:87 e ss.)

Considerando que a inserção da profissão na ordem capitalista consolidada e madura evoluiu, no sentido de uma diferenciação crescente e de um sincretismo prático, cultural e ideológico (Netto,1992:90), proveniente de uma copiosa pluralidade das refrações das "questões sociais" nesta sociedade, é justo considerar que a *intervenção* do assistente social se coloca diante deste *campo de mediações* complexas, que se tornam tanto mais complexo, quanto maior for a quantidade de determinações histórico-sociais, constitutivas do seu tecido social.

Para uma melhor compreensão do papel central da categoria de mediação, tanto para a esfera do conhecimento, quanto da intervenção profissional, e buscando tornar mais didática a compreensão deste trabalho, usarei uma *Quadro Síntese de Referência para Reconstrução de Mediações em Serviço Social*⁶, centrado na tríade *singularidade-universalidade-particularidade*. Buscarei apoiar-me nessa tríade, para, de modo didático, explicitar os principais sistemas de mediações que sustentam o Serviço Social, mais detidamente, o espaço profissional do assistente social.

Para melhor compreender o papel da categoria de mediação (na sua figuração ontológica e intelectual), buscarei uma forma didática de exposição, baseando-me no seguinte roteiro: - desmistificando a imagem do assistente social como mediador;- a relação da tríade *singularidade-universalidade-particularidade*, como expressão concreta da mediação do *processo interventivo* do Serviço Social e concluiremos este segmento do trabalho com a apreciação dos principais sistemas de mediação constitutivos do espaço profissional do serviço social.

O caminho metodologicamente correto para a reconstrução da particularidade, segundo Lukács, é aquele que conseguir conjugar dialeticamente os *experimentos ideais abstrativos* com as *observações empíricas*⁷, verifica-se que existe um imperativo na reconstrução do objeto de

⁶ O uso de gráficos e quadros explicativos não é usual na literatura pós-reconceituada do Serviço Social. Particularmente, reconheço as limitações e principalmente o risco do esquematismo, mas é inegável sua utilidade didática deste recurso, e é exclusivamente por esta razão que optei pelo recurso.

⁷ Ver (Pontes, 1995: 84 e ss.)

intervenção profissional: o desentranhamento das mediações, determinações e categorias históricas submersas na névoa da faticidade, tal como aparece no plano da imediaticidade. Em outras palavras, é necessário reconstruir idealmente o processo de:

- constituição histórica do campo de intervenção profissional, garantida a singularidade histórico-social, sua projeção no plano das determinações universais;

- projeção da manifestação singular da profissão num plano de determinações universais e vice-versa;

- tentativa de captar a manifestação da legalidade social no plano da singularidade, ou as formas imediatas de aparição do fenômeno profissional na realidade.

Este movimento da razão histórica pode propiciar a reconstrução do campo de intervenção profissional, com suas respectivas mediações e determinações históricas.

SINGULARIDADE

O assistente social, devido a sua peculiar inserção social⁸, se coloca em contato com várias realidades, que aparecem no plano da *singularidade* (ver quadro síntese), na forma de situações problemáticas isoladas, de tipos individuais, familiares, grupais e/ou comunitárias. Neste plano, o assistente social na intervenção profissional é tomado de assalto por uma forma de demanda que se dá na imediaticidade da aproximação institucional, que é a demanda institucional, aqui entendida como a representação da requisição de resultados esperados dentro de objetivos organizacionais, em consonância com

⁸ No dizer de Guerra “a *ausência de especificidade*, que é tida como *causa* da versatilidade que a ações profissionais adquirem em diversos contextos, setores e espaços sociais, constitui-se numa *necessidade* inerente à razão de ser da profissão” (1995). Esta peculiaridade da profissão, em vez de ser um “problema” para a inserção profissional, ao meu ver, constitui-se numa grande virtude, porque a tão procurada e propalada inespecificidade da profissão, consoante a afirmativa de Guerra, é uma *necessidade* da inserção transversal da profissão no espaço dos saberes e das necessidades sócio-humanas, o que nos confere um *background* diferenciado no dialogo com outras profissões, cujo espaço está tão delimitado, que lhes dificulta sobre maneira o inescapável imperativo da interlocução interdisciplinar.

o perfil ideológico organizacional. “A *demanda institucional* aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, parametrada por objetivos técnico-operativos, metas e uma dada forma de inserção espacial (bairro, município, etc.), programática (divisão por projetos ou áreas de ação) ou populacional (crianças, idosos, migrantes, etc.). Numa palavra, a demanda institucional aparece presa à imediaticidade, com um ‘fim em si mesmo’ (Pontes, 1995:168).

No mundo da *imediaticidade*⁹ (ver quadro síntese), as demandas que se apresentam a ação profissional são aparências que precisam ser dissolvidas, para que emergam as mediações ontológicas. É bom lembrar que no plano da imediaticidade/aparência x essência, “o dado sensível da singularidade já contém elementos de relação com a universalidade e a particularidade (ver nota 8). Portanto, enfatizo este ponto para demonstrar que incorre em grave equívoco, aquele profissional que considera como de pouca valia aqueles dados relativos a individualidade, mas especificamente à subjetividade psicossocial do sujeito, querendo fazer ver que o que vale, são reflexões que envolvam categorias sociais/coletivas e totalizantes. Outro elemento que merece destaque é quanto a necessidade de domínio da faticidade, ou seja do conhecimento empírico do real; condição para sua ultrapassagem. O controle de informações implica em maior ou menor “poder de fogo” no plano da correlação de forças.

A rede de mediações, que dá sentido a estrutura destes fatos, não se encontra à mostra, mas, aparece caoticamente configurada, sem determinações, como partes de um todo abstrato.

O objeto de intervenção profissional, construído, tendo apenas como referência a *singularidade*, não desborda as *demandas institucionais*, nem tampouco, consegue ultrapassar propalado “chavão pragmático” do “*cada caso é um caso*”.

⁹ “A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser compreendida quando
www.ts.ucr.ac.cr

UNIVERSALIDADE

Tendo ainda como referência o “Quadro de Síntese”, é possível verificar o processo de construção da particularidade do espaço de intervenção do assistente social, a ultrapassagem do nível abstrato da singularidade e busca aproximativa do plano da particularidade, é dialeticamente necessário a aproximação com a *legalidade social* expressa nas *leis tendenciais históricas* que condicionam e são condicionadas pelo evoluir do ser social. Estas leis, que são “*férreas necessidades*”, expressam em grandes determinações, do ser social, tais como relações sociais de produção, relação capital trabalho; relação Estado-sociedade; lei da acumulação capitalista, políticas Sociais, etc. Estas generalidades podem ser tão “belas” quanto “inúteis”, caso não as consigamos *particularizar* no plano real cotidiano do fazer profissional. É o que ocorre, muitas vezes com alguns profissionais, que se esmeram na “análise de conjuntura”, apresentando um razoável domínio analítico-categorial dos processos sociais, mas que não logram o mesmo êxito na particularização desta mesma análise, quando se trata da intervenção sócio-profissional. Falta apreender o *campo de mediações* que particulariza o movimento da legalidade social na realidade mesma vivida cotidianamente pelos sujeitos em processo. Numa palavra, é capturar na cotidianidade, seja da vida privada, seja da vida profissional, a real interferência e determinação da *legalidade social*. Sem que se apreenda, aproximativamente o movimento das universalidades, a reconfiguração das *demandas sociais*, que se põe à intervenção social dos sujeitos e instituições, torna-se efetivamente empobrecida, acarretando sérios problemas à apreensão da totalidade complexa do real.

PARTICULARIDADE (espaço de reconstrução do objeto de intervenção profissional)

“[...] o movimento dialético do *universal* ao *particular* e vice-versa, devemos

estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade são postas à luz”
(Lukács, 1978:106)

observar que o *meio mediador* (a particularidade) [...] é sim, em certa medida, um inteiro *campo de mediações* [...]” (Lukács, 1978: 113).

A particularidade é o espaço reflexivo-ontológico onde a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza.

É neste espaço privilegiado de *sínteses de determinações*, que a razão cognoscente, tendo negado e superado a imediaticidade (aparência), vai processar o nível do *concreto pensado*, penetrando em um *campo de mediações*, onde se entrecruzam vários sistemas de mediação, sistemas estes responsáveis pelas articulações, passagens e conversões histórico-ontológicas entre os *complexos* componentes do real. Dito de outra maneira, significa que as *leis tendências* capturadas na esfera da universalidade, tais como: relações sociais capitalistas, relação capital-trabalho; leis tendenciais de mercado; relações políticas de dominação de classe, etc.; como que tomassem vida (se objetivassem) e se tornassem presentes na objetividade da vida singular das relações sociais cotidianas, dessingularizando-as e tornando-as relações particulares dentro de uma totalidade social. A particularidade é a categoria reflexiva que propicia que a universalidades ganhem sentido objetivo-operacional na vida singular dos usuários do serviços sociais públicos, nos seus problemas pessoais e psicossociais. É quando o “problema” de um punhado de pessoas num mundo isolado, portanto, abstrato, passasse a ser também comum a vários segmentos sociais genericamente, articulado por uma dada *força relacional* que seria uma dada lei histórico-social. Então, aquela situação, que se afigurava no plano da singularidade como “problema individual-familiar”, mediatiza-se pelas leis societárias tendenciais e particulariza-se pelas determinações históricas, ganhando, por aproximações sucessivas, *concretude* no entrecruzamento dos complexos sociais (que o compõe, e é por ele composto). Esta particularização dum *campo de mediações*, rico em determinações e pleno de significado histórico, pode refratar-se significativamente no espaço da prática profissional.

Todo um conjunto de determinações e mediações, antes dissolvidos e submersos na imediaticidade, agora ganham significado e objetividade. Por exemplo, as demandas para a intervenção profissional, que antes restringiam-se aquelas de ordem institucionais/organizacionais, configuradas nos projetos e

programas (espaço-temporalmente determinadas pelo mando do poder institucional), agora podem ser superadas pelo alcance de categorias sociais mais amplas e plenas de determinações sociais. O que permite a *reconstrução do objeto de intervenção profissional*, noutras palavras, as legítimas demandas sócio-profissionais, alcançadas pela mediação das demandas sociais, que se expressam na particularidade de vários *sistemas de mediação*, tais como: processo produtivo dentro de um contexto espaço-temporal; cultura, forças sócio-políticas presentes; Estado e Políticas sociais e sua malha institucional; rede de proteção social privado-filantrópica; movimentos sociais articulados, etc.

Este conjunto de complexos desentranhado do real pelo ingente esforço negativo da razão em superar a imediatividade, possibilita uma visão privilegiadamente ampla e profunda sobre a realidade social a partir e sobre a qual incide a intervenção profissional do assistente social.

Evidentemente, que estas reflexões se colocam a título de ilustração, não há nada de absoluto ou fatalista, até porque toda esta processualidade que a razão abstrai da recuperação do movimento do objeto de intervenção, são condicionadas pela dialética de necessidade - possibilidades, ou seja do propalado *possível histórico*.

A guisa de conclusão do presente escrito, que não pretendeu senão dar sequência num estudo que ainda requer um volume mais significativo de reflexões, desejo enfatizar que continuo considerando a discussão de natureza teórico-metodológica extremamente necessária e relevante. Principalmente, se se considerar o momento vivido pela profissão hoje e suas perspectivas futuras (ver Faleiros, 1995 e Netto. 1995), em face das mudanças que já vincam a face societária contemporânea, no mundo todo. No que tange, em particular, às mudanças em curso no Serviço Social nas esferas: da formação profissional (vide o processo desencadeado pela ABESS/CEDEPESS de revisão curricular, que está alterando o perfil do assistente social); da pesquisa, da pós-graduação, quanto do mercado de trabalho, enfim, em todas as instâncias que determinam a existência profissional, evidencia-se cada vez mais fortemente, ao meu ver a necessidade de melhor compreender a dinâmica das mediações na sociedade e sua particularização para a profissão. Isto permanece como uma demanda

incontornável, a desafiar todos os segmentos profissionais a empenharem seus recursos intelectuais e materiais.

BIBLIOGRAFIA

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1985. 5. ed.

_____. A Questão da Metodologia em Serviço Social: Re-produzir-se e Re-presentar-se. In: Cadernos ABESS. São Paulo:, Cortez, 1989. n. 3

_____. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.17, n.50, p.9-39, abril, 1996

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

HEGEL, G. N. **Fenomenología del Espíritu**. Trad. Wenceslau Roces. México, Fondo de Cultura, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez-CELATS, 1982.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos** São Paulo: Cortez, 1992.

LOWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1988.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe** Trad. Telma Costa. Porto: Escorpião, 1974.

_____. **El Joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista**. Barcelona: Gijalbo, 1976.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Trad. Carlo N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. **Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos de Marx**. Trad. Carlos N. Coutinho, São Paulo: Ciências Humanas, 1979(1)

_____. **Ontologia do Ser Social. A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel**. Trad. Carlos N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979(2).

_____. Cartas sobre o Stalinismo. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1977.

_____. **Marxismo e Existencialismo**. Trad. Carlos N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979(3).

_____." O Marxismo Ortodoxo". In: NETTO, José Paulo (org.) **Lukács**. São Paulo: Ótica, 1981. Coleção Grandes Cientistas Sociais. n.20

_____. **El joven Hegel y los problemas de la sociedade capitalista**. Barcelona: Grijalbo, 1976.

Marcus, George. **Marxismo y Antropologia**. Barcelona: Grijalbo, 1974.

MARX, Karl. **O Capital**. Trad. Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. I. I, v.1

_____. **Para a Crítica da Economia Política e outros escritos**. São Paulo: Abril, 1982

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. "O Serviço Social e a tradição marxista". In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1989. n. 30

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão para Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p.87-132, abril, 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992

PONTES, Reinaldo Nobre. A Propósito da Categoria de Mediação. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1990. n. 31.

_____. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo-manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

WEISSHAUPT, Jean Robert (org.). **As funções sócio-institucionais do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1985.

**QUADRO ESQUEMÁTICO DE REFERÊNCIA PARA RECONSTRUÇÃO DE
MEDIAÇÕES EM SERVIÇO SOCIAL**





